

FUNDAMENTOS CONSTRUCIONISTAS SOCIAIS E CRÍTICOS PARA O ESTUDO DO GÉNERO

Conceição Nogueira, Sofia Neves & Carlos Barbosa

Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Portugal

Resumo — *Os Estudos de Género têm sido assumidos através de diferentes discursos na Psicologia (e nas ciências sociais em geral), reflectindo o desenvolvimento e os debates epistemológicos internos na disciplina. Não é por isso indiferente a perspectiva teórica, epistemológica e metodológica que se adopte ao estudar o género. Por esta razão, neste trabalho privilegiamos a apresentação do que poderá ser considerado um posicionamento crítico, mas também construcionista social, pós-moderno, não-radical e por isso não relativista na psicologia e nos estudos de género e feministas em particular. Esta apresentação permite compreender a adopção de uma reflexão sobre o género, perspectivado como prática — “fazer” o género, — distinto do ser — “ter” género —, ao mesmo tempo que se assume uma posição de Psicologia Feminista crítica comprometida com um projecto científico/político de igualdade e justiça social.*

PALAVRAS-CHAVE: Género; Psicologia Crítica; Construcionismo Social

KEY WORDS: Gender; Critical Psychology; Social Construcionism

INTRODUÇÃO

“Apesar da já longa existência do conceito de género, as ciências sociais têm tido dificuldade em construir um modelo de análise teórico e consistente das relações entre os sexos que corresponda a uma verdadeira descentração epistemológica do dualismo associado ao sexo biológico” (Amâncio, 1999, p. 2). Podemos questionar-nos como esta situação é possível passado mais de 30 anos desde que as cientistas sociais identificaram o género como uma dimensão de análise importante (Howard & Hollander, 1997; Wilkinson, 1997a; 1997b), com toda a produção científica consequente. Esta situação dá origem ao debate actual entre feministas relativamente ao que se pode compreender como verdade ou realidade acerca do género (Gergen, & Davis, 1997).

Toda a correspondência relativa a este artigo deverá ser enviada para: Conceição Nogueira, Departamento de Psicologia, Instituto de Educação e Psicologia, Campus de Gualtar, Universidade do Minho, 4710 Braga, Portugal. Telefone: 253604241, Fax: 253678987; Email: cnog@iep.uminho.pt

Frequentemente os/as estudantes têm dificuldade em aceitar o feminismo e muito menos uma Psicologia Feminista (Hepburn, 2003). Contudo, ficam perplexos/as quando confrontados com as desigualdades e discriminações existentes há 20 ou 30 anos. E, provavelmente, daqui a trinta anos novos/as estudantes admirar-se-ão com as desigualdades presentes, mesmo no mundo ocidental.

Mas assumindo, como assumimos, desigualdades de género na vida de todos os dias e frequentemente de formas invisíveis, como as podemos estudar? E Porquê falar de uma Psicologia Feminista?

A psicologia tradicional tem funcionado frequentemente ao longo dos tempos mais como domínio científico opressivo para as mulheres do que de libertação ou de criação de bem-estar. A ausência das mulheres da ciência psicológica, a sua visão como desviantes da norma universal masculina, a construção de teorias que as vitimizam (a teoria do medo do sucesso, por exemplo), o grande aparato das diferenças sexuais, faz com que seja necessária a delimitação de um domínio que se dedique às desmistificações e à desconstrução das categorias opressivas. Isto é, urge desconstruir a feminilidade e a masculinidade como categorias fundamentais (Wilkinson, 1997 a; 1997b) que governam a vida social e psicológica, promovendo discursos alternativos.

Mas o estatuto menorizado das mulheres pode também ser considerado como um dos resultados da adopção de uma epistemologia experimental positivista que sob a capa de uma pretensa neutralidade científica, fundamental para a manutenção de um conhecimento psicológico credível, mantém a ordem estabelecida, isto é, privilegia o discurso dominante, neste caso opressivo para as mulheres.

Durante décadas, a investigação e a intervenção psicológica caracterizaram-se por uma procura obstinada de leis universais que pudessem prever comportamentos e desvendar aquilo que se supunha ser a autêntica essência do ser-humano (Gergen, 2001). Agrilhada a alguns princípios que formatavam o que se acreditava ser as linhas mestras para a construção da verdadeira ciência — a objectividade, a neutralidade e a imparcialidade — a psicologia foi sendo moldada e alicerçada segundo uma lógica positivista (Bem & Looren de Jong, 1997), a qual tendia a afastar e a excluir outras que se vislumbassem dissonantes (Neves & Nogueira, 2004). O discurso positivista dominante (Gergen, 1973; Miller, 1999) implicou que a psicologia fosse sendo erigida segundo o pressuposto de que há sempre uma lei externa por detrás da ocorrência de qualquer fenómeno e que a sua medição é sempre passível de ser realizada com firme rigor. Nesse sentido, conceitos como racionalidade, evidência e progresso científico emprestavam à ciência moderna uma legitimidade que se considerava irrefutável (Gergen, 2001a).

Em meados dos anos 60, a contestação ao paradigma moderno marcou o início da denominada crise da psicologia (Ibáñez, 1994; Gergen, 1996; Nogueira, 1996; Neto, 1998), especificamente ao processo de descontentamento com o programa empiricista-positivista da acumulação de conhecimento (Gergen, 1994). Crise ao nível epistemológico devido à pressuposição epistemológica de que o "indivíduo está no centro de todas as coisas" e por isso

deve ser a principal unidade de pesquisa e análise (Augoustinos & Walker, 1995; Pepitone, 1981). O enfoque na interioridade e na individualidade (Gonçalves, 1995) e, por consequência, na mística da pessoa isolada dos seus múltiplos contextos e a crença num conhecimento uno e generalizável teve como consequência a individualização da psicologia social¹. Mas este desencanto, mais com a epistemologia do que com a confiança (Augoustinos & Walker, 1995) terá tido poucos frutos, já que segundo Gergen (1994) os/as psicólogos sociais rapidamente saíram do descontentamento e voltaram ao quotidiano, continuando a fazer as suas pesquisas habituais, de forma que o conteúdo das questões nunca foi devidamente debatido.

No entanto, nas duas últimas décadas, começou a surgir uma segunda cultura académica, variada nas origens mas unida no cepticismo face ao projecto empiricista para as ciências sociais e humanas. Especificamente na psicologia a visão do conhecimento como algo de pertença individual, é colocada em questão por formas alternativas de concepção do conhecimento (Hepburn, 2003), como por exemplo o construcionismo social, o constructivismo radical (Jarvilehto, 1999 citado por Breuer & Roth, 2003) o feminismo crítico, ou o pós-modernismo, entre outras, sendo o este último considerado por Burr (2003) o movimento intelectual impulsionador desse criticismo face à modernidade. Também as primeiras formulações da psicologia crítica coincidiram com o declínio da psicologia experimental e positivista iniciado na década de 60 (López, 2002).

Por tudo isto, o enquadramento teórico neste trabalho é essencialmente relativo às opções epistemológicas que condicionam as alternativas na psicologia, na psicologia social, e nos estudos de género em particular.

Consideramos que para a construção de uma psicologia alternativa é necessário um referente epistemológico distinto.

ALTERNATIVA(S) EPISTEMOLÓGICA(S)

Valorizamos particularmente uma psicologia crítica que englobe algumas das perspectivas do pós-modernismo² em geral, do construcionismo social, e especificamente para este assunto em particular, do feminismo crítico. O nosso posicionamento face aos Estudos de género reflecte estas opções epistemológicas, muito próximo das perspectivas pós-modernas no que diz respeito às críticas ao carácter positivista da psicologia, construcionista social e essencialmente crítico nas opções temáticas e metodológicas.

De uma forma muito geral pode-se afirmar que a psicologia crítica é distinta da psicologia tradicional porque não é neutra, é norteada por valores, ligada a questões de poder e orientada para a mudança social (Prilleltensky & Nelson, 2002).

As questões colocadas pelas abordagens críticas à ciência prenderam-se, desde logo, com a ética e a aplicabilidade dos métodos de investigação científica, uma vez que as perspectivas clássicas não tinham em conta factores como a agência e a autonomia dos/as

participantes nos projectos de investigação científica, as dinâmicas de poder existentes entre investigadores/as e investigados/as, o envolvimento dos/as investigadores/as e inclusivamente a sua influência no processo de construção do conhecimento e as implicações da própria investigação nos sujeitos que nela participam (Burman, 1996).

Segundo Prilleltenski e Fox (1997) as perspectivas críticas na psicologia distinguem-se das demais especialmente por desafiarem as instituições e os valores sociais dominantes, propondo alternativas à sua conceptualização. Nesta óptica, as abordagens críticas fazem com que a psicologia deixe de ser uma ciência orientada por uma ideologia universal centrada em problemas individuais, para passar a ser uma ciência comprometida com questões sociais, a partir da análise dos factores estruturais, políticos e culturais (Salazar & Cook, 2002) que enformam os problemas dos grupos, das comunidades e das populações. A investigação crítica deve, deste ponto de vista, trabalhar as questões do poder e assumir como objectivo a promoção do poder dos grupos desfavorecidos, maximizar a sua participação nos processos de pesquisa e potenciar a utilização de métodos qualitativos como garantia da difusão das suas vozes (Nelson & Prilleltensky, 2005).

Segundo referem Nelson e Prilleltensky (2005), já Habermas em 1971 argumentava que o paradigma crítico integra o conhecimento de dois outros paradigmas visando com isso o objectivo da libertação humana. Para este autor quer o conhecimento empírico-analítico, conseguido através do positivismo (e do pós-positivismo) e o conhecimento histórico-hermenêutico (procurando a compreensão do significado) ganho através do construtivismo, são ambas formas válidas de conhecimento. No entanto, estes dois tipos de conhecimento devem estar ao serviço da libertação humana. O conhecimento crítico é necessário para revelar os interesses, o poder e a ideologia e para criar mudança social.

Partilhamos com Garay, Íñiguez e Martínez (2001) a perspectiva de uma psicologia social crítica que se materializa a partir das propostas do construcionismo social e da epistemologia feminista. Mas o próprio construcionismo social redundava de um conjunto amplo de influências e de disciplinas científicas, do qual destacaríamos o pós-modernismo³ (Nogueira, 1996). No contexto dos estudos pós-modernos, as abordagens construcionistas surgem como uma portentosa alternativa às estratégias hegemónicas de conceber o conhecimento científico (Guanaes & Japur, 2003).

O pós-modernismo, enquanto movimento intelectual geral, coloca desafios sem fim, rejeita suposições epistemológicas, refuta convenções metodológicas, resiste às pretensões do conhecimento, obscurece todas as formas de verdade. Tem versões mais radicais e outras mais moderadas, mas quer umas quer outras, representam um grande desafio para o conhecimento estabelecido no século XX (Rosenau, 1992). Como diz Jane Flax (1990) "algo se está a passar", já que um conjunto de alterações culturais têm mudado significativamente as nossas condições de vida, mudanças que necessitam ser nomeadas, descritas e compreendidas.

De uma forma geral, e independentemente da psicologia enquanto ciência, o pós-modernismo representa questionar e rejeitar os pressupostos fundamentais do modernismo, o movimento intelectual que o precedeu, tendo incorporado muitas das ideias intelectuais e

artísticas que tinham surgido de forma desconexa desde o tempo do Iluminismo⁴ (Burr, 1995). Rejeita as ideias de verdade última, de estruturalismo (a ideia de que o mundo como o vemos é o resultado de estruturas escondidas), de que o mundo possa ser compreendido em termos de grandes teorias ou meta-narrativas (Lyotard, 1989) e ao mesmo tempo enfatiza a coexistência de uma multiplicidade e variedade de formas de vida dependentes das situações, muitas vezes referindo-se a pluralismo (Smart, 1993). Rejeita também a noção de que, através da aplicação de uma grande teoria ou meta-narrativa, a mudança social dependa da descoberta, e posterior alteração, das estruturas subjacentes da vida social. A própria palavra "descobrir" pressupõe uma realidade estável e existente que pode ser revelada através da observação e da análise (Burr, 1995).

Para Ibañez (1994) na psicologia é o Construcionismo Social a escola que melhor se adequa ao pensamento pós-moderno. Pode considerar-se o Construcionismo Social uma orientação teórica resultante dos posicionamentos alternativos críticos e radicais desenvolvidos essencialmente nos EUA e na Inglaterra nos últimos 20 anos e que pode incluir perspectivas como a "Psicologia Crítica", a "Psicologia Discursiva", a "Análise do Discurso" ou o "Pós-estruturalismo" (Burr, 2003).

Segundo Parker (1998) assiste-se a um interesse crescente nas perspectivas construcionistas sociais de uma forma geral e nas abordagens que localizam os fenómenos psicológicos no discurso, de uma forma particular (Gergen, 1985; Harré & Gillett, 1994; Parker, 1992; Potter & Wetherell, 1987). Este interesse parece representar um movimento reflexivo e crítico da psicologia social tradicional positivista, no sentido de uma valorização da construção social, histórica, cultural e politicamente comprometida da experiência humana. A atractividade destas novas perspectivas reside essencialmente nas suas promessas libertadoras, dado o seu criticismo face ao positivismo exacerbado da disciplina com o assumir do essencialismo psicológico (Burr, 1995; 1998b). Assumir a construção social dos factos psicológicos através de meios humanos, torna possível imaginar uma reconstrução dos mesmos de formas mais atractivas e libertadoras, e a um nível social amplo (Burr, 1998b). Esta ideia não implica assumir uma possibilidade ilimitada de alternativas, nem uma simplificação na decisão de dispensar discursos opressores. Contudo, parece tornar possível pensar, não só em indivíduos que reconstróem aspectos de si próprios, mas também no repensar de um conjunto das categorias sociais como o género, a sexualidade, a "raça", a deficiência ou a doença (idem, 1998b).

O Construcionismo Social oferece também uma leitura crítica da própria psicologia (Burr, 1998b), que se tem esforçado arduamente por se proclamar como a-política (Rose, 1990). Esta proclamação de neutralidade política é em si mesma altamente comprometedora do ponto de vista ideológico e político, precisamente porque acaba por legitimar as práticas sociais que poderiam ser questionáveis, porque as representa como derivando de factos psicológicos ou sociais livres de valor (*value-free*). O Construcionismo Social questiona radicalmente esta ideia de factos objectivos, ao mesmo tempo que caracteriza a disciplina e a prática psicológica como parciais, dominadas por valores e movidas por direitos adquiridos implícitos.

Apesar do próprio Construcionismo Social ter sido influenciado por outras disciplinas como a filosofia, a sociologia e a linguística sendo por isso multidisciplinar, é um termo quase exclusivo da psicologia. Como refere Danziger (1997) o Construcionismo Social é uma das áreas actuais da psicologia onde os autores se misturam: psicólogos/as associam-se a sociólogos/as, antropólogos/as, filósofos/as, entre outros/as. Existem ligações claras em algumas partes, mas será difícil que dois/duas pesquisadores/as partilhem exactamente o mesmo conjunto de preocupações e de assunções básicas. Às vezes as ligações são mesmo muito superficiais já que existem autores/as que utilizam os mesmos termos de formas divergentes.

No entanto, apesar de não existir uma única definição de Construcionismo Social adequada para todos/as os/as autores/as, poder-se-á assumir que existem características partilhadas, algo em comum, ligando-os uma espécie de "parecença familiar" (Burr, 1995). Assim, pode-se livremente classificar de construcionista social qualquer abordagem que tenha na base um, ou mais, dos pressupostos fundamentais para uma ciência construcionista social (Burr, 1995; 2003; Nogueira, 2001 a; 2001d):

Posição crítica face ao conhecimento fornecido como "verdade"

O Construcionismo Social insiste que se tenha uma posição crítica face ao conhecimento disponível, às observações objectivas do mundo como sendo de "natureza" individual e não enviesadas. Surge como oposição ao positivismo e ao empiricismo nas ciências sociais tradicionais, a suposição de que a natureza do mundo pode ser revelada através da observação, e que aquilo que "existe" é aquilo que se percebe que existe.

Sugere que as categorias com as quais se apreende o mundo não se referem necessariamente a divisões "reais". Um exemplo radical desta questão diz respeito ao género e ao sexo. As observações do mundo sugerem que existem duas categorias de seres humanos - homens e mulheres. Gergen (1992) questiona a necessidade de distinção entre masculinidade e feminilidade por não reflectirem nenhuma realidade palpável e independente. Embora se tenha bem claro que existem diferenças nos órgãos de reprodução que estão presentes em muitas espécies, deve-se questionar o porquê dessa distinção ter sido sempre tão importante, para que o conjunto das categorias da personalidade se baseasse nela (homem e mulher) (Burr, 1995). Para além disso, tornámo-nos cada vez mais conscientes do carácter "sombrio" destas categorias, quando se presencia cada vez mais, práticas de cirurgias para mudança de sexo e o debate acerca de como classificar (sem ambiguidade) as pessoas em homens e mulheres (Burr, 2003). A masculinidade e feminilidade numa dada cultura, categorias aparentemente "naturais" estão inevitavelmente ligadas ao género, de modo que o que representa ser homem ou mulher está construído sobre essa prescrição⁵.

Especificidade histórica e cultural

Os termos e as formas pelas quais se consegue compreender o mundo e cada um individualmente são artefactos sociais, produtos de interrelações entre as pessoas, com especificidade histórica e cultural.

Para os/as construcionistas, as descrições e explicações não são nem motivadas pelo mundo como ele é, nem o resultado inabalável, firme ou estável de propensões estruturais genéticas dentro do indivíduo. Pelo contrário, elas são o resultado de uma acção humana coordenada. As palavras apenas possuem significado dentro de um contexto relacional. Elas são o resultado não da acção e reacção individual, mas de acção conjunta, da co-acção (Shotter, 1993; Shotter & Gergen, 1989). Se, e como diz Bakhtin (1981, cit. Gergen, 1994), as palavras são inerentemente interindividuais, isto quer dizer que para conseguir inteligibilidade é necessário participar num padrão relacional reiterativo ou, se suficientemente expandido, numa tradição.

Segundo o Construcionismo Social as formas como se compreende normalmente o mundo, as categorias e os conceitos que se utilizam são específicos de um tempo histórico e cultural (Burr, 1995; Gergen, 1985). Quer se compreenda o mundo em termos de homem ou mulher, vida urbana ou vida rural, passado ou futuro, tudo isso depende do "onde" e do "quando" do mundo em que se vive⁶. O conhecimento é relativo e dependente do tempo e da cultura, isto é, não só é específico a culturas particulares e períodos da história, como também é produto dessa cultura e história e dependente dos arranjos prevaletentes quer económicos quer sociais (Burr, 1995; 2003). As formas particulares de conhecimento que abundam numa determinada cultura são artefactos dela, e não se deve assumir que determinadas formas de compreensão são necessariamente melhores (em termos de estarem mais próximas da verdade) do que outras.

O conhecimento é sustentado/mantido por processos sociais

Determinada descrição do mundo ou do *self* é sustentada ao longo do tempo, não por validade objectiva, mas devido às vicissitudes do processo social.

O conhecimento do mundo e as formas comuns de o compreender não derivam da natureza do próprio mundo em si mesmo (Burr, 1995). O conhecimento do mundo não provém da natureza dele próprio, provém das construções das pessoas acerca dele (Burr, 2003). É através das interacções diárias entre as pessoas no decurso da vida social que as nossas versões do conhecimento são fabricadas. Por isso, todo o tipo de interacção social e particularmente a linguagem é de grande interesse para os construcionistas sociais (Burr, 1995). Os acontecimentos/acasos entre as pessoas no decurso da sua vida de todos os dias são encaradas como práticas durante as quais as versões partilhadas de conhecimento são construídas. O que se pensa ser a "verdade" (que varia quer histórica quer culturalmente), isto é, as ideias correntes e aceites de compreensão do mundo, são apenas um produto, não da

observação objectiva do mundo, mas do processo social e das interacções nas quais as pessoas estão constantemente envolvidas.

Como o conhecimento e a acção social “caminham” juntos, o entendimento “negociado” do mundo pode tomar uma grande variedade de formas, e por isso pode-se falar de numerosas e possíveis “construções sociais”, onde cada construção pode convidar a uma determinada acção.

O significado da linguagem deriva do seu modo de funcionamento dentro dos padrões de relacionamento

A linguagem é algo de único nos seres humanos. Os animais comunicam entre si através de sons, marcas, gestos e posturas para assinalar perigo, ocupação do território, paradas sexuais, etc. Apesar desses comportamentos terem um significado que suscita respostas dos outros animais (luta, fuga, cópula, etc.), este significado é sempre fixo e estável e esta é a principal diferença em relação à linguagem humana (Burr, 1995).

O papel que a linguagem desempenha na perspectiva do Construcionismo Social é radicalmente diferente do que é assumido pela psicologia tradicional. A psicologia tradicional assume que a linguagem representa uma expressão fácil de compreensão do pensamento, e não que aquela é uma pré-condição deste. Pensa-se na linguagem como um conjunto de “etiquetas” que podem ser escolhidas de forma a melhor descrever os estados internos (pensamentos e sentimentos). Naquela perspectiva, a natureza da pessoa surge em primeiro lugar, sendo o papel da linguagem o de encontrar a forma de expressar essa natureza, ou seja, as pessoas usam a linguagem para dar expressão a algo já existente em si mesmas ou no mundo.

A ideia tradicional e assumida pelo senso comum da “linguagem como transparência” é questionada pelo Construcionismo Social, que não considera a linguagem um meio claro e puro através do qual os pensamentos e sentimentos se podem tornar acessíveis aos outros, ou uma espécie de “janela sem irregularidades no vidro” que possam distorcer a visão através dela. O uso da linguagem é uma forma de acção tendo por isso um carácter “performativo”. Quando as pessoas falam umas com as outras o mundo é construído e, por isso, a linguagem não é apenas um veículo passivo para os pensamentos e emoções (Burr, 1995). A pedra base do Construcionismo Social é a insistência sobre a natureza partilhada dos códigos da linguagem, em constante mudança, e variando nos seus significados em função dos contextos.

Se a forma de compreender o mundo não provém de nenhuma realidade objectiva, (antes das pessoas passadas ou presentes), isso representa que os indivíduos nascem num mundo onde já existem os campos conceptuais e as categorias usadas pelas pessoas numa dada cultura. As pessoas adquirem esses conceitos e essas categorias pelo uso da linguagem, que todos os dias se reproduzem na cultura. Isto é, a forma como as pessoas pensam, os conceitos e as categorias que lhes permitem um campo de significados são fornecidos pela sua linguagem.

Para Hoffman (1992) os teóricos construcionistas sociais acreditam que as ideias, os conceitos e as memórias surgem do intercâmbio social e são mediatizadas pela linguagem. Todo o conhecimento desenvolve-se entre as pessoas, no mundo quotidiano.

Conhecimento e acção social caminham em paralelo

Avaliar as formas de discurso existentes é ao mesmo tempo avaliar padrões de vida social e cultural. Estes conhecimentos ou entendimentos negociados entre as pessoas podem tomar uma variedade de formas e podemos por isso falar de possíveis e numerosas construções sociais do mundo. Mas cada construção pode convidar a uma forma particular de acção (Burr, 2003). Por exemplo, ver o alcoolismo como algo da inteira responsabilidade individual implicaria o aprisionamento das pessoas que, sob o seu efeito, provocassem problemas. Vê-lo (ao alcoolismo) como uma forma de doença implica tratamento médico porque se pensa que as pessoas sob o efeito do álcool não são responsáveis pelas suas acções. A acção social apropriada para compreender o alcoolismo desta forma é oferecer tratamento médico e psicológico e não prisão. Descrições ou construções do mundo sustentam assim padrões da acção social e excluem outros. As nossas construções do mundo são por isso ligadas às relações de poder, porque têm implicações para aquilo que é considerado permitido para determinadas pessoas fazerem e para fazerem umas com as outras.

Concluindo, o Construcionismo Social pretende sintetizar de várias formas todas as críticas já apresentadas, e mover-se para além da crítica, no sentido de uma descrição mais positiva do potencial científico. Sendo o conhecimento não o que se tem, mas o que se faz junto com outras pessoas, o objectivo da pesquisa construcionista desloca-se da natureza das pessoas ou da sociedade para as interacções e para as práticas sociais daí resultantes (Gergen, 1994). Segundo Burr (1995), é essencialmente o seu carácter anti-essencialista, anti-realista, a pressuposição da linguagem como pré-condição para o pensamento e como forma de acção social, e o seu foco na interacção e nas práticas sociais aliada à perspectiva do conhecimento como especificamente histórico e cultural, que o diferencia da abordagem da psicologia mais tradicional.

Questionando os pressupostos do essencialismo e do humanismo a teoria construcionista social moveu o centro da atenção da pessoa para o domínio social. A psicologia nesta perspectiva torna-se o estudo do ser socialmente construído, o produto de discursos histórica e culturalmente contingentes, discursos que trazem consigo uma rede complexa de relações de poder. A pessoa fica como que “encaixada” num sistema histórico, social e político do qual não pode ser retirada e estudada de forma independente.

Esta “viragem para a linguagem” representada pela “Psicologia Discursiva” (Potter & Wetherell, 1987) e pela Análise Foucaultiana do Discurso” (Parker, 1998), com o foco de atenção no discurso tem facilitado uma descrição histórica do conhecimento psicológico (a forma como a psicologia está construída na cultura), uma crítica à prática psicológica desafiando as suas proclamações de verdade assim como uma transformação nas perspectivas metodológicas.

A popularidade da Análise do Discurso também lhe advém da possibilidade dos seus utensílios de pesquisa poderem ser usados para moldar uma prática política. A Análise do Discurso é usada para comentar os processos sociais que participam na manutenção das estruturas de opressão. Na psicologia, esta abordagem tem sido utilizada, por exemplo, para trabalhar o discurso racista (Potter & Wetherell, 1992), as práticas da maternidade (Llombart, 1995, Fidalgo, 2000), o discurso de mulheres em posições de poder (Nogueira, 1997) e todas as questões associadas ao feminismo (Wilkinson & Kitzinger, 1995).

A viragem para perspectivas construcionistas e discursivas parece indicar, segundo Ibanez (1996), que a psicologia começa finalmente a abandonar algumas das "ingenuidades" herdadas da modernidade, nomeadamente a crença na existência de uma "realidade" independente do nosso modo de acesso a ela, e acreditar que a objectividade constitui um modo privilegiado de "ver a realidade tal como ela é". Como consequência destas ingenuidades e essencialmente da adesão acrítica ao mito da objectividade, a psicologia enquanto ciência acaba por se restringir ao papel de simples cronista da realidade, desvinculando-se de toda a responsabilidade e compromisso. Acreditando na existência de uma realidade face à qual podem existir modos privilegiados de acesso, a psicologia acabou por aderir a uma ideologia que confere à razão científica um estatuto ahistórico, afirmando-se como uma potente retórica da verdade. "No entanto, Ibañez (data) não propõe que vivamos num mundo sem verdades; sugere apenas que elas são sempre específicas e construídas a partir de convenções pautadas por critérios de coerência, utilidade, inteligibilidade, moralidade, o que quer dizer que são adequadas às finalidades que colectivamente são designadas como relevantes" (cit in. Spink & Freeza, 1999, pp.29-30).

CONCLUSÃO: ESTUDOS DE GÉNERO NESTA PERSPECTIVA

A distinção entre os termos "sexo" e "género", sugerida e desenvolvida durante a segunda vaga do feminismo, foi uma tentativa (significativa) de separar o sexo biológico do social — o género (Amâncio, 1994) e deste modo possibilitar a crítica social (Crawford, 1995). No entanto, a força cultural do essencialismo acabou por manter a distinção, dando lugar a confusão, inconsistência e problemas de terminologia. Isto é, novas diferenças sexuais, virtualmente idênticas às publicadas décadas atrás, começaram e são etiquetadas como diferenças de género. Estas novas diferenças são iguais às antigas mas "vestidas" de outro modo, isto é, continuam a situar-se dentro dos indivíduos, descontextualizadas socialmente e rapidamente biologizadas. Ironicamente, uma pretensão feminista que visava teorizar a construção social da masculinidade e da feminilidade, é agora a mesma estratégia que a obscurece (idem, 1995). Os modelos essencialistas assumem o género em termos de atributos internos e persistentes, mas separados das experiências de interacção que se vão sucedendo nos contextos diários, sócio-políticos da vida (idem, 1995). Como refere Hare-Mustin e Marecek (1990a; 1990d), a reafirmação de qualidades essenciais negligencia a complexidade e

o dinamismo do comportamento genderizado que se estabelece durante as relações sociais, reificando um jogo de diferenças que estão sempre em mudança, em dualismos estáticos exagerados (idem, 1990).

A própria noção de "Psicologia da Mulher" é essencialista porque sugere que as mulheres (como grupo unitário) partilham uma psicologia (um conjunto de qualidades, traços e capacidades, inatas ou adquiridas) que, presumivelmente, lhes condiciona o comportamento (Hare-Mustin & Marecek, 1990d). Outra consequência importante é que quando os traços estão localizados nos indivíduos a responsabilidade da mudança fica colocada nas pessoas e não na sociedade (Bohan, 1997).

Os debates iniciados pelo pós-modernismo, e as diferentes perspectivas que na psicologia são agora consideradas, têm implicações fundamentais para a forma como se conceptualiza o género. Uma perspectiva pós-moderna (não radical), anti-essentialista, construcionista social e discursiva do género, considerando o género como uma construção social, um sistema de significados que se constrói e se organiza nas interacções, que governa o acesso ao poder e aos recursos é fundamental para essa(s) alternativa(s) epistemológica(s) que assumimos.

Na psicologia, a perspectiva construcionista social do género pode assumir-se como aquela que se insere nas abordagens pós-modernas assumidas por Sandra Harding (1986). Em contraste com uma perspectiva essencialista, o Construcionismo Social assume o género como uma construção social (Crawford, 1995; Denzin, 1995), sendo, por isso, um atributo individual, mas uma forma de dar sentido às transacções: ele não existe nas pessoas mas sim nas relações sociais.

Os processos relacionados com o género influenciam o comportamento, os pensamentos e os sentimentos dos indivíduos, afectam as interacções sociais e ajudam a determinar a estrutura das instituições sociais (Crawford, 1995). Como o género é uma ideologia dentro da qual as diferentes narrativas são criadas, as distinções de género ocorrem disseminadamente na sociedade. O discurso do género envolve a construção da masculinidade e da feminilidade como pólos opostos e a essencialização das diferenças daí resultantes.

Nesta perspectiva, as pessoas desenvolvem o seu sentido de *self*, nos e através dos discursos disponíveis à sua volta (Burr, 1995; Shotter & Gergen, 1989), como acontece com o discurso do género. Sendo o conhecimento aquilo que concordamos ser considerado verdade num determinado contexto de relações sociais, é precisamente nesse processo de acordo que é criada a realidade de determinado fenómeno. O género não é um fenómeno que existe dentro dos indivíduos, pronto a ser descoberto e medido pelos cientistas sociais. Pelo contrário, o género é um acordo que existe nas interacções sociais: é precisamente aquilo que concordamos que seja (Hare-Mustin & Marecek, 1990; Unger, 1990). Em maior ou menor grau, tanto homens como mulheres, acabam por aceitar as distinções de género visíveis a nível estrutural e que se estabelecem ao nível interpessoal, tornando-se tipificados do ponto de vista do género, ao assumirem para si próprias os traços de comportamento e papéis normativos

para as pessoas do seu sexo, na sua cultura (Crawford, 1995). Para além desta internalização de traços, comportamentos e papéis, as mulheres internalizam também a sua desvalorização e subordinação (idem, 1995).

O género é deste modo, uma invenção das sociedades humanas, uma "peça de imaginação" com facetas múltiplas: construir adultos (homens e mulheres desde a infância), construir os "arranjos sociais" que sustentam as diferenças nas consciências de homens e mulheres (divisão das esferas da vida privada/pública, por exemplo) e a criação de significado, em resumo, criar as estruturas linguísticas que modelam e disciplinam a nossa imaginação (Hare-Mustin & Marecek, 1990a).

"Através da interacção, negociamos interpretações particulares; isto é, criamos significados. Através da linguagem, através da participação nos rituais da interacção social, através do nosso envolvimento activo com os símbolos e as realidades materiais da vida de todos os dias, nós literalmente criamos aquilo que reconhecemos como real. Um mínimo de compreensão das regras partilhadas e das realidades é necessário para sustentar a comunicação humana e a interacção e em última instância as sociedades" (Howard & Hollander, 1997, p. 35). Conforme as autoras referem o género é 'performativo', podendo dizer-se: 'fazer' o género (2001b).

Existem diferentes argumentos a favor e contra a teorização pós-moderna feminista, mas o que é interessante notar é que o que está frequentemente em causa e em jogo nesses argumentos é o próprio estatuto do conhecimento, o que nós atribuímos acerca do ser humano ou mais especificamente ao que é ser "humano e ser "mulher". Estas são implicações epistemológicas e estes debates epistemológicos têm implicações para a prática de uma psicologia feminista (Hepbur, 2003). Ter ou fazer género são por isso duas possibilidades antagónicas que pressupõem posicionamentos epistemológicos distintos e por isso, duas formas de compreender o mundo.

NOTAS

- Esta situação é largamente atribuída à junção das forças da experimentação e do positivismo que acabaram por dominar a disciplina, mascarando-a de uma respeitabilidade científica. Segundo Farr (1989), foram essas forças que levaram também à diminuição do interesse pelos fenómenos colectivos que tinham interessado os primeiros psicólogos como Wundt e Ross.
- Apesar da grande ambiguidade associada a este termo e da multiplicidade de significados associados, para efeitos práticos usaremos o termo para referir todo um potencial alternativo às perspectivas positivistas.
- Alguns/as autores/as advogam mesmo que o construcionismo social é o nome de código usado pela

psicologia para denominar o pós-modernismo (Banaji, 1993). O pós-modernismo é um movimento crítico que contesta o pensamento moderno e que apela à aceitação do pluralismo, do contextualismo e do ecletismo (Biever, Fuentes, Cashion & Franklin, 1998).

- O projecto iluminista procurava a verdade, a compreensão da verdadeira natureza da realidade através da aplicação correcta da razão e da racionalidade, sendo a ciência e os indivíduos (em vez de Deus) o foco das questões da verdade e da moralidade. Esta procura da verdade baseava-se frequentemente na ideia da existência de regras ou estruturas profundas e enraizadas, que um método rigoroso e "correcto" possibilitaria descobrir (Burr, 2003).

- De forma absurda poderíamos igualmente dividir os seres humanos em altos ou baixos, por exemplo, e esta ser uma categoria tão central para as nossas vidas como é a categoria de sexo.
- Por exemplo, a noção de infância teve mudanças importantes ao longo dos séculos. O que se considera hoje "natural" que uma criança faça, mudou muito, assim como mudou aquilo que os pais esperam dela. Só muito recentemente as crianças deixaram de ser consideradas como adultos pequenos. A autora refere que não é necessário recuar muito (basta até Dickens) para nos apercebermos que a ideia de uma criança inocente e a precisar de protecção do adulto é realmente uma noção nova.

REFERÊNCIAS

- Amâncio, L. (1994). *Masculino e Feminino. A construção social da diferença*. Porto: Edições Afrontamento.
- Amâncio, L. (1999). *Sexo e Género: para uma teoria psicossociológica da relação de dominação entre os sexos*. Lição de síntese para efeitos de provas de Agregação. Lisboa: Instituto Superior de Ciência do Trabalho e da Empresa.
- Augoustinos, M. & Walker, I. (1995). *Social cognition. An Integrated Introduction*. London: Sage.
- Banaji, Mahzarin (1993). The psychology of gender: a perspective on perspectives. In Beall, Anne & Sternberg, Robert (Eds.). *The Psychology of Gender*. (pp. 251-273). New York: The Guilford Press.
- Biever, Joan L., Fuentes, Cynthia de las, Cashion, Lisa & Franklin, Cynthia (1998). The social construction of gender: A comparison on feminist and postmodern approaches. *Counselling Psychology Quarterly*. 11(2), 163-180.
- Bohan, J. (1997). Regarding gender. Essentialism, constructionism and feminist psychology. In Mary Gergen & Sara Davis (Eds.), *Toward a new psychology of gender*. New York: Routledge.
- Breuer, Franz & Roth, Wolff-Michael (2003). Subjectivity and Reflexivity in the Social Sciences: Epistemic Windows and Methodical Consequences. *Forum: Qualitative Research* (Online Journal). 4 (2). Disponível em <http://www.qualitative-research.net/fqs-texte/2-03/2-03intro-3-e.htm> (consulta em Fevereiro de 2004).
- Brown, S., Pujol, J. & Curt, B. (1998). As one in a Web? Discourse, materiality and the place of ethics. In Ian Parker (ed), *Social constructionism, discourse and realism*. London: Sage Publications. p 75-90
- Burman, E. (1990). Differing with deconstruction: a feminist critique. In I. Parker & J. Shotter (Eds.), *Deconstructing social psychology*. London: Routledge.
- Burr, V. (1995). *An introduction to Social Constructionism*. London: Routledge.
- Burr, V. (1998, b). Overview: realism, relativism, social constructionism and discourse. In Ian Parker (ed), *Social constructionism, discourse and realism*. London: Sage Publications. Pp13-27
- Burr, V. (1998a). *Gender and social psychology*. London: Routledge.
- Burr, V. (2003). *Social Constructionism*. London: Routledge.
- Crawford, M. (1995). *Talking Difference. On gender and language*. London: Sage.
- Danziger (1997). The varieties of social construction. *Theory and psychology*, 7(3), 399-416
- Denzin, N.K. (1995). Symbolic Interactionism. In J. A. Smith, R. Harré & L. Van Langenhove (Eds.), *Rethinking Psychology*. London: Sage.
- Farr, R. (1989). The social and collective nature of representations. In J. Forgas and J.M. Innes (Eds.), *Recent advances in social psychology: An international perspective* (pp157-66). North Holland:Elsevier.
- Fidalgo, Lurdes (2000). *(Re)Construir a maternidade numa perspectiva discursiva*. Tese de Doutoramento. ISBAS. Universidade do Porto.
- Flax, J. (1990). *Thinking fragments: psychoanalysis, feminism and Postmodernism in the Contemporary West*. Berkeley: University of California Press.
- Foucault, M. (1972). *The Archaeology of Knowledge*. London:Tavistock.
- Foucault, M. (1979). *The History of sexuality*. London: Allen Lane.
- Garay, Íñiguez e Martinez (2001) Garay, Ana, Íñiguez, Lupicinio & Martinez, Luz (2001). Perspectivas críticas en Psicología Social: Herramientas para la construcción de nuevas psicologías sociales. *Boletín de Psicología*. 72, 57-78.
- Gergen, K. J. (1982). *Toward Transformation in social knowledge*. London: Sage.
- Gergen, K. J. (1985). The social constructionist movement in modern psychology. *American Psychologist*. 40, 266-75.
- Gergen, K. J. (1992). *Lo yo saturado*. Barcelona: Paidós.
- Gergen, K. J. (1994). *Realities and relationships. Soundings in Social construction*. Cambridge: Harvard University Press.
- Gergen, K. J. (1994a). Exploring the posmodern. Perils or potenciales? *American Psychologist*, vol 49, 5,412-416.

- Gergen, Kenneth (1973). Social Psychology as History. *Journal of Personality and Social Psychology*, 26, 309-320.
- Gergen, Kenneth (2001). Psychological Science in a Postmodern Context. *The American Psychologist*, 56, 803-813.
- Gergen, M. & Davis, S. (1997). *Toward a new psychology of gender*. New York: Routledge.
- Gill, R. (1995). Relativism, Reflexivity and Politics: interrogating discourse analysis from a feminist perspective. In S. Wilkinson & C. Kitzinger (Eds.), *Feminism and discourse: psychological perspectives*. London: Sage.
- Gonçalves, Miguel (1995). *Auto-Conhecimento e Acesso Introspectivo. Do self reificado ao self narrativo*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.
- Guañas & Japur, 2003). Garay, Ana, Iñiguez, Lupicino & Martínez, Luz (2001). Perspectivas críticas en Psicología Social: Herramientas para la construcción de nuevas psicologías sociales. *Boletín de Psicología*, 72, 57-78.
- Harding, S. (1986). *The science question in Feminism*. Ithaca and London: Cornell University Press.
- Hare-Mustin R. & Marecek J. (1990a). *Making Difference. Psychology and the construction of gender*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Hare-Mustin R. & Marecek J. (1990d). Gender and the meaning of difference: postmodernism and psychology. In R. Hare-Mustin & J. Marecek (Eds.), *Making Difference. Psychology and the construction of gender*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Harré, R. & Gillet, G. (1994). *The discursive mind*. London: Sage.
- Hepburn, Alexa (2003). *An introduction to Critical Social Psychology*. London: Sage Publications.
- Hoffman, L. (1992). Una postura reflexiva para la terapia familiar. In S. McNamee & K.J. Gergen (Eds.), *La terapia como construcción social* (pp25-44). Barcelona: Paidós.
- Hollway, W. (1984). Gender difference and the production of subjectivity. In J. Henriques, W. Hollway, C. Urwin, C. Venn & V. Walkerdine (Eds.), *Changing the subject: Psychology, social regulation and subjectivity*. London: Sage.
- Hollway, W. (1989). *Subjectivity and method in Psychology: gender, meaning and science*. London: Sage.
- Howard, J. & Hollander, J. (1997). *Gendered situations, gendered selves*. London: Sage Publications
- Ibáñez, T. (1994). Constructing a representation or representing a construction? *Theory and Psychology*, 4, 363-381.
- Ibáñez, T. (1996). Construcionismo social. In *Psicologia, discursos e poder*. Barcelona: Paidós.
- Kitzinger, C. (1987). *The social construction of lesbianism*. London: Sage.
- Kitzinger, C. (1989). The regulation of lesbian identities: liberal humanism as an ideology of social control. In J. Shotter & K. J. Gergen (Eds.), *Texts of Identity*. London: Sage.
- Kitzinger, C. (1990). The rhetoric of pseudoscience. In I. Parker & J. Shotter (Eds.), *Deconstructing Social Psychology*. London: Routledge.
- Kitzinger, C. (1994). Sex differences: feminist perspectives. *Feminism and Psychology*, 4(4), 501-506.
- Lombart, M. (1995). Discurso, orden social y relaciones de poder: una propuesta y su ejemplificación en el discurso sobre la maternidad. *Revista de psicología Social aplicada*, 5, nº1/2, 165-184.
- López, A. Gordo (2002). El estado actual de la psicología crítica. *Athenea Digital*, 1. Disponível em <http://www.blues.uab.es/athenea/num1/Mgordo.pdf> (consulta em Novembro de 2003).
- Lytotard, J. F. (1989). *A Condição Pós-moderna*. Viseu: Gradiva.
- Miller, 1999 Miller, Edgar (1999). Positivism and Clinical Psychology. *Clinical Psychology and Psychotherapy*, 6, 1-6.
- Miller, Edgar (1999). Positivism and Clinical Psychology. *Clinical Psychology and Psychotherapy*, 6, 1-6.
- Nelson, Geoffrey and Prilleltensky, Isaac (2005). *Community Psychology. In pursuit of liberation and well-being*. New York: Palgrave Macmillan.
- Neto, Félix (1998). *Psicologia Social. Vol. I*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Neves, Sofia & Nogueira, Conceição (2004). Metodologias Feministas na Psicologia Social Crítica: a ciência ao serviço da mudança social. *Ex-Aequo: Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as mulheres*, 11, 122-138.
- Nogueira, C. & Amâncio, L. (1996). Gender and management. Stereotypes and attributions for a successful career. *Psicologia*, XI, 1, 79-88.
- Nogueira, C. (1997). *Um Novo Olhar sobre as Relações Sociais de Género. Perspectiva feminista crítica na Psicologia Social*. Tese de Doutoramento. Braga: Universidade do Minho.
- Nogueira, C. (2001a) Contribuições do Construcionismo Social a uma nova psicologia do género. *Cadernos de Pesquisa*, Março, nº112, pp137-154.
- Nogueira, C. (2001b). Construcionismo social, Discurso e Género. *Psicologia*, Vol. XV (1), pp.43-65.
- Nogueira, C. (2001c). Feminismo e Discurso do Género na Psicologia Social. *Psicologia & Sociedade*, 13 (1), pp.107-128.

- Nogueira, C. (2001d). *Um Novo Olhar sobre as Relações Sociais de Género. Perspectiva feminista Crítica na Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Parker, I. (1992). *Discourse Dynamics: Critical Analysis for social and individual psychology*. London: Routledge.
- Parker, I. (1998). *Social constructionism, discourse and realism*. London: Sage Publications.
- Pepitone, A. (1981). Lessons from the history of social psychology. *American Psychologist*, 36, 9, 972-985.
- Potter, J. & Wetherell, M. (1987). *Discourse and Social Psychology*. London: Sage Publications Inc.
- Potter, J. & Wetherell, M. (1992). *Mapping the Language of Racism. Discourse and legitimation of exploitation*. London: Harvester Wheatsheaf.
- Prilleltenski & Fox (1997) Prilleltenski, Isacc & Fox, Dennis (1997). Introducing critical psychology: values, assumptions and status quo. In Fox, Dennis & Prilleltenski, Isacc (Eds.), *Critical psychology: an introduction* (pp. 3-20). London: Sage.
- Prilleltensky, Isaac and Nelson, Geoffrey (2002). *Doing Psychology Critically. Making a Difference in Diverse Settings*. New York: Palgrave Macmillan.
- Rose, N. (1990). Psychology as a "social" science. In I. Parker & J. Shotter (Eds.), *Deconstructing Social Psychology*, London: Routledge.
- Rosenau, P. M. (1992). *Post-modernism and the social sciences. Insights, Inroads and Intrusions*. New Jersey: Princeton University Press.
- Salazar & Cook, 2002 Salazar, Laura & Cook, Sarah (2002). Violence against Women: Is Psychology part of the problem or the solution? A content analysis of psychological research from 1990 through 1999. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 12, 410-421.
- Shotter, J. & Gergen, K. J. (1989). *Texts of identity*. London: Sage.
- Shotter, J. (1993). *Conversational realities*. London: Sage.
- Shotter, J. (1995). Dialogical Psychology. In J. A. Smith, R. Harré & L. Van Langenhove (Eds.), *Rethinking Psychology*. London: Sage.
- Smart, B. (1993). *A pós-modernidade*. Lisboa: Publicações Europa América.
- Spink, M. J. & Frezza, R. M. (1999). Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da psicologia social. In Mary Jane Spink (org). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano. Aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez Editora.
- Unger, R. K. (1990). Imperfect reflections of reality: psychology constructs gender. In R. Hare-Mustin & J. Marecek (Eds.), *Making Difference. Psychology and the construction of gender*. New Haven, CT: Yale University Press.

- Ussher, J. (2000). Women's madness. In D. Fee (Ed.), *Pathology and the Postmodern*. London: Sage.
- Wetherell, M. (1998). Positioning and interpretative repertoires: conversation analysis and post-structuralism in dialogue. *Discourse and Society*, 9(3), 387-413.
- Wetherell, M., Taylor, S. & Yates, J. S. (2001). *Discourse Theory and Practice*. London: Sage Publications.
- Wilkinson S. & Kitzinger, C. (1995). *Feminism and discourse: psychological perspectives*. London: Sage.
- Wilkinson S. (1986). Sighting possibilities: diversity and commonality in feminist research. In S. Wilkinson (Ed.), *Feminist Social Psychology: Developing Theory and Practice*. Milton Keynes: Open University Press.
- Wilkinson S. (1997). Feminist Psychology. In D. Fox & I. Prilleltensky (Eds). *Critical Psychology. An Introduction*. London: Sage.
- Wilkinson S. (1997). Prioritizing the political: feminist Psychology. In T. Ibanez & L. Iñiguez (eds), *Critical social psychology* (pp 179-185). London: Sage.
- Willig, C. (1998). Social constructionism and revolutionary socialism: a contradiction in terms? In Ian Parker (ed) *Social constructionism, discourse and realism*. London: Sage Publications. P. 91-104
- Wood, L. A. & Kroeger, R. O. (2000). *Doing discourse analysis: Methods for studying action in talk and text*. London: Sage Publications.

SOCIAL AND CRITICAL CONSTRUCTIONIST BASES FOR GENDER STUDIES

Abstract – Gender studies have been assumed through different discourses in Psychology (and in Social Sciences in general), reflecting the development and the epistemological debates on the subject. Thus, it is not indifferent the theoretic, epistemological and methodological perspective that is followed to study gender issues. For this reason, in this work we privilege the presentation of what might be considered as a critical positioning, but also social constructionist, post-modern, non-radical and, therefore, non-relativist in psychology and in gender and feminist studies in particular. This presentation allows the understanding of the adoption of a reflection, putting in perspective gender as a practice "to perform gender" distinct from "to have gender", at the same time that assumes a critical standing on Feminist Psychology engaged with a scientific/political project of equality and social justice.